

Rejeição ou inovação: uma discussão a partir de características de manuscritos rejeitados

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v54i1.4026>

Janayna Carvalho¹

Resumo

Neste artigo, discuto as características de manuscritos rejeitados a partir da minha experiência como editora-chefe da *Revista de Estudos da Linguagem* (RELIN). Este artigo se desenvolve com base na minha apresentação na mesa redonda “Por que publicar?”, que aconteceu como uma das atividades do 70º seminário do Grupo de Estudos Linguísticos de São Paulo (GEL), realizado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) entre os dias 16 e 19 de julho de 2024.

Palavras-chave: rejeição de artigos; Revista de Estudos da Linguagem; publicações em revistas.

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil; janaynacarvalho@gmail.com; <https://orcid.org/0000-0002-2353-1336>

Rejection or innovation: a discussion based on the characteristics of rejected manuscripts

Abstract

In this article, I discuss some characteristics of rejected manuscripts, based on my experience as Editor-in-Chief of *Revista de Estudos da Linguagem* (RELIN). This article is a development of my presentation at the roundtable “Por que publicar?” (“Why publish?”), one of the activities of the 70º seminar of Grupo de Estudos Linguísticos de São Paulo (GEL), which took place at Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) from July 16th to July 19th 2024.

Keywords: paper rejection; *Revista de Estudos da Linguagem*; publications in journals.

Introdução

Neste artigo, discuto as características de manuscritos rejeitados a partir da minha experiência como editora-chefe da *Revista de Estudos da Linguagem* (RELIN). Este artigo se desenvolve com base na minha apresentação na mesa redonda “Por que publicar?”, que aconteceu como uma das atividades do 70º seminário do Grupo de Estudos Linguísticos de São Paulo (GEL), realizado na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) entre os dias 16 e 19 de julho de 2024.

Como minha fala levou em conta a minha experiência como editora da RELIN, devo, primeiramente, apresentar algumas informações da Revista. A RELIN é uma revista da Faculdade de Letras (FALE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mantida tanto pela Faculdade de Letras quanto pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN). Essa Revista está em circulação desde 1992, e é já um periódico consolidado na linguística brasileira, tendo sido avaliada como um periódico A1 na última avaliação do Qualis Periódico divulgado, referente ao quadriênio 2017-2020. O site da Revista é: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/relin>.

Os editores da Revista são, na maior parte das vezes, professores credenciados como docentes permanentes no POSLIN e exercem um mandato de editor associado ou chefe de 3 a 4 anos. Sou editora da Revista desde 2021. Primeiramente, fui editora associada entre 2021 e 2022, quando o professor Gustavo Ximenes da Cunha era o editor-chefe. Desde abril de 2023, estou na função de editora-chefe. Na configuração atual, a Revista conta com duas editoras associadas, as professoras Maria Cantoni, também da FALE-UFMG, e a professora Ana Regina Vaz Calindro, professora da Faculdade de Letras da UFRJ.

Levando em conta essa experiência, os pontos que levanto sobre a rejeição em periódicos estão, então, ligados a uma impressão qualitativa que fui formando do processo de revisão cega por pares, um processo em que os pareceristas e os autores não têm sua identidade revelada, o que presumivelmente auxilia uma avaliação idônea e imparcial.

Todavia, os pontos que levanto são, em alguma medida, comuns a todos os periódicos, inclusive aqueles que não adotam a revisão cega, como a Revista da ABRALIN. Isso é algo que pude atestar levando em conta as conversas com os colegas editores que participaram comigo da mesa “Por que publicar?”.²

Dentre todos os temas envolvidos na editoração de uma revista, o tema da rejeição se mostra particularmente importante por algumas razões. Primeiramente, esse é um dos temas que permeiam nosso contato com os autores e acaba nortendo muito do nosso trabalho na revista. Afinal, um texto que foi rejeitado não passa por todos os estágios de um texto aprovado. Seu processo editorial termina logo após chegar à Revista, no caso de textos rejeitados na etapa de verificação inicial do manuscrito, ou após a avaliação dos pareceristas, não passando para as etapas finais do processo editorial, quais sejam, revisão, diagramação e publicação.

Além disso, todos os autores, quando submetem um texto a uma Revista, esperam que ele seja publicado. Esse desejo vem tanto do fato de que os autores se esforçaram, em algum grau, para entregar um manuscrito coerente, organizado e com uma boa análise para o periódico, quanto pelo fato de que muitos fatores da nossa carreira são regulados por publicações. Quem publica mais pontua mais em concursos, em editais de agências de fomento, pode se credenciar ou se manter como orientador de pós-graduação... Então, obviamente, a rejeição de um texto impacta em todas essas esferas.

Ao falar de rejeições, as tendências que reporto aqui não identificam submissões ou autores, tampouco envolvem porcentagens de qualquer forma. Portanto, exponho os principais fatores que levam um texto à rejeição falando de tendências sem usar qualquer dado factual que as ampare. Essa escolha tem duas razões. A primeira é porque seria antiético de minha parte, já que o processo de avaliação é todo anônimo. A segunda é porque seria bastante custoso fazer qualquer levantamento quantitativo suficientemente representativo de motivos de rejeição em uma revista que recebe textos em fluxo contínuo. Portanto, o que reporto aqui é uma impressão que foi se formando com a leitura que faço uma vez por semana dos pareceres que chegaram à Revista.

Eu poderia, obviamente, comparar essas minhas impressões com textos e manuais sobre as principais razões que levam à rejeição de um texto. Não o faço porque essa

2 A professora Raquel Freitag (UFS/Revista da ABRALIN) e o professor Marcelo Módolo (USP/Revista do GEL) também participaram da mesa e este artigo incorpora alguns pontos do diálogo frutífero que temos.

comparação não vai nos mostrar alguma verdade oculta. Em todos os casos, são pessoas falando de suas experiências. E na maioria desses casos, o ponto de vista dos pareceristas é o que normalmente aparece nas discussões sobre por que um artigo é recusado. Como esse texto se configura basicamente como um relato de experiência, ele não apresenta referências, já que não me pautei em trabalhos publicados ou em informações de *websites* para fazer as considerações que eu faço aqui. Então, o leitor tem em mãos um artigo que não segue o formato tradicional de artigo ao discutir a rejeição de artigos!

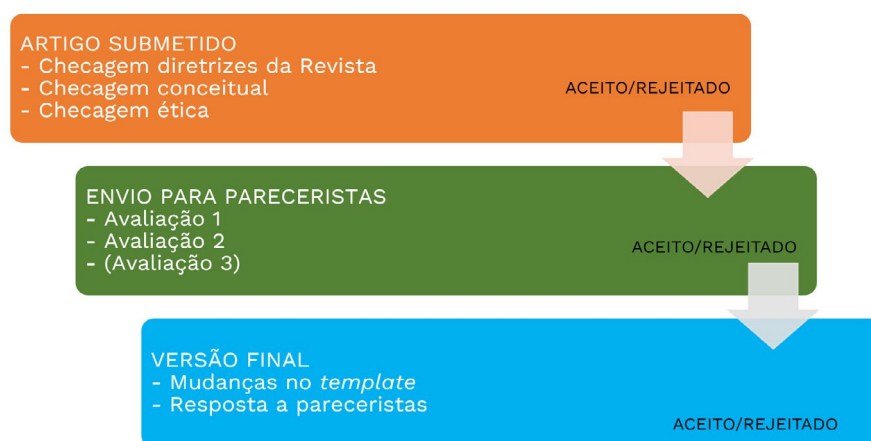
Para discutir esse tema, este artigo está organizado da seguinte forma. Na seção *Como as revistas científicas funcionam*, detalho o processo editorial de um texto, novamente, com base no processo da RELIN. Na seção *Casos de rejeição*, discuto características principais dos textos rejeitados, dividindo-os em dois principais: o chamado *desk rejection*, que é a rejeição pela Comissão Editorial, e a rejeição pelos pareceristas. A seção *Conclusão* sumariza a discussão da rejeição, apresentando algumas reflexões sobre o tema e finaliza o manuscrito.

Como as revistas científicas funcionam

Na maioria das revistas, há possibilidade de aceite ou rejeição de um manuscrito em pelo menos duas etapas: a etapa de submissão inicial e a etapa de apreciação do manuscrito pelos pareceristas.

Especificamente na RELIN, o processo editorial é dividido em três etapas, conforme a figura 1. Em todos eles, há a possibilidade de rejeição do manuscrito.

Figura 1. Fluxograma das submissões



Fonte: Elaboração própria

Detalhemos, aqui, cada uma dessas etapas. A primeira, nomeada como *Artigo submetido*, corresponde à checagem inicial do artigo, que é feita após sua submissão na plataforma. Nessa checagem, observamos se o artigo obedece às diretrizes da Revista, se a discussão feita no artigo está dentro do escopo da Revista e procede-se, finalmente, a uma checagem ética do artigo, com o uso de ferramentas antiplágio.

Estando o artigo adequado nesses três pontos, ele passa para a área de avaliação da Revista e é encaminhado a pareceristas que têm a incumbência de avaliar somente o seu conteúdo e o desenvolvimento da argumentação. Como de praxe também em outras revistas, o artigo é enviado, inicialmente, a dois pareceristas. Caso os dois pareceristas deem parecer positivo, o artigo será aceito; caso os dois deem um parecer negativo ao artigo, ele será rejeitado. Se os pareceristas discordarem na sua avaliação, o texto é enviado a um terceiro parecerista, que, com sua avaliação, subsidiará a Comissão Editorial a decidir pelo aceite ou recusa do manuscrito.

Após o recebimento de todas as avaliações, o artigo passa para a próxima etapa caso seja aceito por dois pareceristas. Nessa etapa final, intitulada *versão final* na figura 1, pede-se ao autor uma versão final do artigo que incorpore ou discuta as sugestões dos pareceristas e na qual haja mudanças para o *template* definitivo do texto. Também nessa etapa, o texto pode ser aceito ou rejeitado.

Assim, as três etapas podem envolver rejeição ou aceite. Todavia, a rejeição está praticamente restrita às duas primeiras etapas do processo editorial: *artigo submetido* e *envio para pareceristas*, e é sobre essas etapas que iremos discorrer nas próximas sessões.

Casos de rejeição

Desk rejection

A chamada *desk rejection* corresponde a uma rejeição na primeira etapa ilustrada na Figura 1, ou seja, uma rejeição na etapa de *artigo submetido*, antes que ele seja enviado para pareceristas. Ao contrário da impressão de muitos autores, que atribuem à avaliação por pares o poder de aceitar ou recusar um artigo, é nessa primeira etapa que a maioria dos artigos ficam retidos. Como essa é uma etapa de verificações dos artigos em três grandes eixos, as razões para rejeição podem ser diversas.

A primeira delas é a de que um texto recusado nessa etapa pode ter sido apresentado com uma organização diferente do *template* da Revista. Nessa etapa, não fazemos uma verificação exaustiva do *template*. Somente se um problema de macroestrutura do *template* fica muito aparente, o texto não é considerado.

Na RELIN, os textos devem ter entre 6000 e 15000 palavras para serem considerados para avaliação. Um texto de 3000 palavras, por exemplo, será recusado nessa etapa por estar muito aquém do limite mínimo de palavras. Mais importante do que o limite de palavras em si é o formato da discussão. Um texto de 3000 a 4000 palavras será muito breve e não trará uma discussão teórica aprofundada. Em termos de espaçamento, os textos devem ter espaçamento simples e margens 3 cm (superior e esquerda) x 2 cm (inferior e direita) em papel A4. Assim, um texto escrito em papel A5 com margens de 2 cm e espaçamento duplo também será desconsiderado nessa etapa.

Note que os textos desconsiderados nessa etapa fogem bastante do esperado em termos de macroestrutura. Curiosamente, a rejeição nessa etapa está majoritariamente ligada à origem do texto. É raro que textos submetidos por pesquisadores brasileiros sejam recusados nessa primeira verificação. É mais comum que textos de pesquisadores estrangeiros sejam desconsiderados nessa etapa. Os textos rejeitados nessa etapa são, possivelmente, textos reaproveitados (ou seja, que não foram aprovados em algum periódico com regras de macroestrutura muito diferentes da RELIN) e que foram submetidos à RELIN do modo como estavam. Isso fica muito claro quando os elementos de macroestrutura são considerados em conjunto. Isto é, não é comum que somente o número mínimo ou máximo de palavras tenha sido desrespeitado. Além da questão do limite de palavras, o artigo terá, normalmente, uma estrutura diferente, como, por exemplo, resumos em três línguas, algo que a RELIN não pede.

Ainda na etapa de *artigo submetido*, também é feita uma checagem conceitual, que se refere a uma rápida checagem temática do texto. Como qualquer outra Revista, a RELIN tem um escopo de interesse, que é sintetizado em sua página da seguinte forma: “[A RELIN] tem como missão fomentar a produção científica na área de Teoria e Análise Linguística, permitindo aos pesquisadores do Brasil e do exterior divulgarem suas pesquisas e contribuírem para o debate e o progresso científico na área”. Portanto, somente trabalhos de linguística teórica e descritiva são considerados. São arquivados trabalhos de linguística aplicada, entendendo-se aqui trabalhos de aplicação de conceitos teóricos ao ensino de língua materna ou estrangeira, sem discussão teórica dos conceitos teóricos que propiciaram a aplicação do estudo ao ensino, ou trabalhos de interface da linguística com outras áreas em que não há proposição de cunho linguístico de qualquer forma. A falta de aderência ao escopo da Revista leva alguns textos a também serem rejeitados nessa etapa.

Por fim, ainda na etapa de verificação inicial do artigo, há uma verificação ética do manuscrito, que pode ser composta por duas etapas, a depender da natureza do manuscrito. Primeiramente, fazemos uma checagem em todos os manuscritos com um *software* antiplágio. O *software* usado captura sequências de palavras na internet que são idênticas ou muito similares às encontradas no artigo. Ele também captura traduções de trechos, possibilitando que traduções daquele texto também sejam examinadas.

É necessário, nessa etapa, um exame qualitativo dos resultados do antiplágio. O *software* usado não conseguirá distinguir uma citação de um trecho efetivamente usado de outro artigo e cabe aos editores examinarem as ocorrências e determinar se o trabalho possui um grau elevado de originalidade ou não.

Enquanto é consensual em nossa área que o plágio significa se apropriar das ideias de outros autores e/ou de seus textos sem dar o devido crédito, não é claro, para uma parcela significativa de autores, que nos apropriar sem dar o crédito de nossas ideias prévias já publicadas e, mais notadamente, dos textos que escrevemos com elas é também um tipo de plágio. Como sabemos, os textos não são escritos a partir do nada, todos nós usamos ideias, argumentos e mesmo estruturas prévias dos nossos trabalhos nos novos, mas saber como usar e referenciar coerentemente essas formas prévias parece ainda uma lacuna de formação em nossa área, que terá de ser suprida.

É comum que autores usem parágrafos e até páginas, sem nenhuma alteração, de publicações anteriores suas. Quando isso é constatado, é pedido que os autores reformulem os manuscritos, no caso de semelhanças localizadas, ou a submissão é arquivada, quando há tantas semelhanças que demandariam uma reestruturação do manuscrito. Quero deixar registrado que eu não acho absolutamente que esses sejam casos de má-fé. Eles são representativos, na verdade, de uma lacuna que há em nossa formação.

Ainda visando a uma checagem ética do texto, também pedimos a aprovação de um comitê de ética ou órgão equivalente caso a pesquisa envolva seres humanos.

Cabem também algumas considerações sobre a verificação ética. De uma forma geral, os autores são bem conscientes da necessidade de aprovação de um comitê de ética de pesquisa quando as pesquisas envolvem seres humanos. Essa não é uma exigência de todas as revistas, mas é possivelmente uma exigência da maioria das instituições, de forma que o pedido de aprovação da pesquisa por algum órgão competente nunca causou estranhamento em nenhum autor.

Há, nesse ponto, casos particulares que devem ser considerados, como o fato de que, em muitas universidades, pesquisas com participantes anônimos feitas na internet não necessitam de uma anuência formal. Há ainda o fato de que, dependendo do país em que a pesquisa é feita, não há necessidade de nenhuma anuência de um órgão de pesquisa. Todavia, de forma geral, há clareza, da parte dos pesquisadores, de quando essa anuência é necessária e de quando não é, o que mostra que nossa formação, como um campo de pesquisa, nessa área tem sido efetiva.

Em suma, as possibilidades diversas de *desk rejection* iluminam muito dos aspectos cruciais que um autor deve levar em conta ao submeter um manuscrito, além de alguns deles também nos mostrarem características da nossa área.

Primeiramente, é imperioso que os autores levem em conta as particularidades do periódico a que submetam. Assim, o material que o autor deseja submeter deve ser examinado de acordo com as exigências da Revista. Nesse sentido, o autor deve se certificar de que o material segue as especificações do que é pedido no *site* da Revista. As especificações de Normas dos Autores (ou variações desse nome) devem ser atendidas tanto quanto possível no manuscrito submetido. Também, o autor tem de se certificar que seu estudo está dentro do escopo de atuação da Revista, para evitar que um texto bem construído seja rejeitado logo após a submissão. Do ponto de vista ético, o autor deve se certificar de que possui todas as aprovações necessárias para o tipo de estudo que visa retratar. Também é necessário que o autor se certifique de que esse trabalho tem autonomia de pensamento e de estrutura em relação aos seus trabalhos prévios.

Tendo esses fatores sido observados, é difícil que haja *desk rejection*. Assim, os envolvidos no processo de publicação podem se concentrar no que é evidentemente importante para todos nós: o mérito da argumentação feita no manuscrito. Na próxima seção, passo a falar sobre as tendências dos pareceres no que diz respeito à rejeição do texto.

Rejeição pelos pareceristas

Uma vez estabelecido, na etapa de verificação inicial do manuscrito, que o texto cumpre minimamente com os requisitos formais, éticos e de conteúdo, ele segue para a apreciação dos pareceristas. Nessa etapa, ocorre a apreciação detalhada do conteúdo do texto. Alguns problemas com esse conteúdo podem levar à rejeição do manuscrito como discutiremos nesta seção. Todavia, problemas conceituais e de análise não são o único caso que levam à rejeição de um manuscrito. Como o próprio título deste texto esclarece, a rejeição de um artigo por parte de um parecerista pode se dever, às vezes, ao fato de ele apresentar alguma inovação em relação ao que é normal na área. Portanto, além de problemas de conteúdo, um texto pode ser rejeitado pela diferença temática ou estrutural que ele apresenta em relação ao que o parecerista considera ser um artigo passível de análise.

Para começar, discuto os casos mais “tradicionais”, por assim dizer, porque eles são mais ilustrativos da revisão por pares. No fim da subseção, discuto rapidamente os casos de rejeições ligadas à inovação.

Focando nos casos tradicionais, a maioria das rejeições tem a ver com um motivo principal: o texto não apresenta uma reflexão (teórica ou empírica) sobre o tema tratado.

Em relação a textos com problemas de reflexão teórica, é muito comum que os pareceristas resumam as considerações que os levaram a rejeitar um texto como “falta de originalidade”. No entanto, uma rápida verificação nas considerações de grande parte dos pareceristas vai nos mostrar que a questão não é exatamente originalidade, mas sim falta de alguma reflexão.

Por exemplo, a maioria dos textos submetidos à RELIN (ou a qualquer outra revista) são aplicações de quadros teóricos a fenômenos. Algumas vezes, essa aplicação, do modo como é feita, já constitui uma novidade: pode ser que os pesquisadores anteriores desse fenômeno nunca pensaram nessa aplicação do quadro teórico para esse tipo de fenômeno. Se um autor, então, aplica um quadro teórico discursivo para análises de morfemas, por exemplo, é difícil que haja a consideração de “falta de originalidade” pelos pareceristas. Isso não significa, naturalmente, que o texto será aceito. Significa tão somente que provavelmente outras questões serão mais salientes para os pareceristas em sua avaliação do que a originalidade.

Essa situação hipotética contrasta com uma situação em que o autor discute, em seu manuscrito, um fenômeno muito conhecido e analisado em determinada corrente teórica usando ferramentas de outra corrente teórica. Essa mudança de paradigma será claramente notada por um parecerista especialista no assunto e deve estar muito bem contextualizada no texto. Do contrário, a análise será lida por alguns pareceristas como simplesmente taxonômica. É em casos como esse que pode aparecer a tão frequente expressão “falta de originalidade”. O problema, nesse caso, não é exatamente a originalidade, mas é uma aplicação sem bastante discussão de sua razão ou pertinência quando já há uma aplicação teórica para o fenômeno bem consolidada no campo.

Também são muito notados pelos pareceristas os casos em que os autores não discutem as limitações muito aparentes da análise e esse é um outro caso crucial em que há uma rejeição alta de manuscritos. Nesses casos, a rejeição parece estar ligada a uma falta de reflexão sobre a análise e não inerentemente aos problemas dela.

Em suma, muitas das rejeições aos textos são justificadas com base na falta de originalidade do manuscrito, mas, na verdade, a rejeição se pauta em uma falta de reflexão do autor sobre a abordagem que fez do fenômeno. Isso fica patente em casos em que o manuscrito lida com um tema muito investigado, mas não discute, com alguma profundidade, a razão pela qual um fenômeno com uma análise estabelecida está sendo tratado em outra abordagem. Há, obviamente, muitas outras razões para a rejeição de um manuscrito, mas as brevemente tratadas aqui aparecem continuamente e merecem nossa atenção porque revelam uma tendência nossa, como área, na avaliação de manuscritos.


Finalmente, abordo o outro caso, que aparece no título deste artigo (e da conferência que deu origem a ele): a rejeição por inovação.

Como os casos clássicos de rejeição nos mostram, há uma conduta implícita em nosso trabalho como pareceristas em artigos que seguem os formatos tradicionais, isto é, em textos que se detêm na análise de um problema linguístico. Todavia, há outras discussões possíveis em artigos, como as revisões de literatura e os artigos que descrevem passos metodológicos na construção de um banco de dados, por exemplo. Embora artigos desse tipo já sejam bem consolidados em outras áreas do conhecimento, eles não o são na linguística e isso fica claro nas avaliações pelos pares.

Pode haver em textos desse tipo uma grande discordância entre os pareceristas. Isto é, como artigos de revisão sistemática da literatura ou artigos sobre a construção de bancos de dados não são a grande parte dos artigos submetidos, alguns pareceres refletem isso. É necessária, também, uma diferenciação desses casos em relação aos casos anteriores, em que a rejeição está ligada a um julgamento de falta de reflexão do(a) autor(a) pelos pareceristas. Naqueles casos, a rejeição por ambos os pareceristas é muito mais frequente do que nos casos sobre os quais discorro agora, em que há inovação de discussão nos artigos. Nos casos que ora comentamos, é mais comum o desacordo entre pareceristas e podemos atribuir a isso à inovação temática em relação à maioria dos artigos submetidos.

Não obstante, a questão da originalidade aparece em muitas avaliações desses artigos com temáticas “inovadoras”. É importante que pensemos como vamos medir a originalidade em uma revisão sistemática da literatura. Se assumirmos, por exemplo, que o texto não é original porque a revisão é acrítica, temos, parece-me, um critério razoável para a objeção de publicação a um texto. Se a queixa residir sobre o próprio mérito da revisão de literatura, esse não parece um critério válido, porque o parecerista espera desse texto que ele tenha os mesmos objetivos de um texto analítico em relação a um fenômeno linguístico, o que não será o caso.

É interessante ressaltar nesse ponto que essa discordância em textos com discussões metodológicas ou com revisões sistemáticas e a crítica à originalidade podem ser usadas como um termômetro para entender o que a disciplina de Linguística está acostumada a valorizar em artigos científicos. No caso das novas temáticas em artigos, nós, como um campo de estudo, devemos fazer critérios que nos nortearão na avaliação de artigos como esses. No caso dos artigos teóricos e empíricos sem uma reflexão aprofundada, já há um parâmetro consolidado, mesmo que ele permaneça implícito e às vezes um tanto quanto opaco por trás de sintagmas como “falta de originalidade”.



De qualquer forma, mudanças no perfil das publicações devem levar a mudanças nas concepções dos pareceristas sobre o que é um estudo original e quais são nossos parâmetros para averiguar isso.

Conclusão

Este artigo analisou brevemente casos de rejeição mais comuns em periódicos, tomando a RELIN como representativa desses casos. Dividi os casos em dois subtipos. Em um estágio de verificação inicial do manuscrito, podem ocorrer as rejeições na etapa inicial de verificação do manuscrito, ligadas a uma série de fatores, desde desrespeito à macroestrutura do artigo até questões éticas. No estágio de avaliação do artigo por pareceristas, foram mais exploradas as rejeições usuais, em que não há uma reflexão no texto sobre a abordagem usada, com destaque para dois casos: (i) já há, na literatura, uma análise muito estabelecida para o fenômeno; (ii) o texto não discute problemas aparentes de análise. Finalmente, falamos dos casos em que há rejeição do manuscrito por haver inovação de formato e temática, em relação à maioria dos manuscritos.

De uma forma geral, os três casos deixam claras algumas das nossas características como área de estudo. Saliento algumas delas. Em relação à rejeição na etapa de verificação inicial do manuscrito, há uma falta de formação explícita sobre os limites entre uma publicação e outra do mesmo autor e sobre os mecanismos de aproveitamento dos nossos trabalhos prévios. Há uma clareza para os autores sobre o problema do plágio de outros autores, mas não há sobre as formas éticas de apropriação da própria produção. Em relação à etapa de pareceres, a reflexão (mais do que a originalidade) por si só é o fator que mais conta para os pareceristas. Aplicar uma teoria nova para um grupo de dados que era usado geralmente em outra teoria não é, para muitos pareceristas, um problema. O problema é a falta de discussão dessa mudança paradigmática e suas questões associadas.

Por fim, há ainda questões para a área de linguística que não estão respondidas e as dúvidas ficam refletidas na avaliação: qual é o papel dos metaestudos? Estudos de experimentos que não deram certo, estudos de descrição de compilação de dados, estudos de revisão sistemática? Como devemos avaliá-los? O que é originalidade nesse caso?

Espero que esse breve relato da minha experiência (que também destoa da discussão que normalmente vemos em artigos científicos!) possa oportunizar discussões pertinentes na nossa área e que os acordos que, implicitamente, fizemos sobre elas apareçam nos pareceres nas próximas décadas.



Agradecimentos

Agradeço à Diretoria atual do Grupos de Estudos Linguísticos de São Paulo, na pessoa de Lívia Oushiro, pelo convite para participação na mesa redonda “Por que publicar?”. Agradeço ainda aos colegas da mesa, Raquel Freitag e Marcelo Módolo, pelo debate proveitoso durante todo o evento.